



Podor Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

Agravo Regimental nº 199225-2/01 – Recife/PE
Agravante: Estado de Pernambuco
Agravado: Maria de Lourdes Estevam de Medeiros
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. SAÚDE. MEDICAMENTO. FORNECIMENTO. DEVER DO ESTADO.

“À luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, valor erigido como um dos fundamentos da República, impõe-se a concessão dos medicamentos como instrumento de efetividade da regra constitucional que consagra o direito à saúde”. (AgRg no REsp 855787/RS).

A negativa de fornecimento de um medicamento de uso imprescindível, cuja ausência gera risco à vida, ou grave risco à saúde, é ato que, per si, viola a Constituição Federal, pois a vida e a saúde são bens jurídicos constitucionalmente tutelados em primeiro plano.

Não se achando o medicamento, objeto da impetração, contemplado no Programa de Medicamentos Excepcionais do Ministério da Saúde, ainda assim inexiste óbice ao seu fornecimento, porque o Estado pode valer-se da transferência de recursos.

DECISÃO: “À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR”.

DATA DO JULGAMENTO: 09/12/2009.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 199225-2/01 – Recife/PE, em que é agravante o Estado de Pernambuco e agravado Maria de Lourdes Estevam de Medeiros, ACORDAM os Excelentíssimos

Desembargadores integrantes do Segundo Grupo Câmaras Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, negar provimento ao recurso de acordo com o voto do relator.

Recife, 23 de dezembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo

Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator.

w.



20 B
213

Podor Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0199225-0/01- RECIFE - PE
AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADA: MARIA DE LOURDES ESTEVAM DE MEDEIROS
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental interposto pelo Estado de Pernambuco em face de decisão interlocutória proferida nos autos do mandado de segurança em epígrafe, na qual foi concedida a liminar pretendida pela impetrante, ora agravada, que consistiu em determinar que a autoridade impetrada fornecesse o medicamento solicitado na ação mandamental.

No mérito, requer seja cassada a decisão que deferiu o pedido liminar, e, ao final, requer o provimento deste agravo para revogar, em definitivo, a liminar requerida.

Este é o breve relatório.

VOTO

Adoto como razões de decidir os fundamentos expostos na decisão recorrida, que assim estão lançados:

Trata-se de Mandado de Segurança, impetrado por Maria de Lourdes Estevam de Medeiros, com pedido de concessão de liminar, contra o Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, argumentando a impetrante que é portadora de Membrana Neovascular Subretiniana e também diabética, tendo se submetido à cirurgia nos olhos, precisando fazer o tratamento com a medicação RINIBIZUMABE (LUCENTIS R), de acordo com o laudo médico acostado. Afirma que a patologia foi diagnosticada através do exame de Angiografia Fluoresceínica

21/3

214

computadorizada digital, tendo o especialista recomendado para o tratamento da doença por degeneração macular, o uso do supracitado medicamento na quantidade necessária para o tratamento. Todavia, alega não dispor de condições econômicas para custeá-lo, procurando a Defensoria Pública para tentar resolver a questão. Porém, adverte que, mesmo diante de quadro de saúde preocupante, o Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco indeferiu o fornecimento do medicamento, conforme MEMO UAT nº 1240709, datada de 1º de setembro de 2009.

Decido. Dispõem os artigos 196 e 198 da Constituição Federal verbis: "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação." "art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede de recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único modificado para § 1º pela EC nº 29, de 13.09.00)"

Sobre a matéria, a Constituição Estadual assim preceitua: "Artigo 166. - Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições estabelecidas em lei: XI - prestar assistência farmacêutica faz parte da assistência global à saúde, e às ações a ela correspondentes (devem ser integradas ao Sistema Único de Saúde, ao qual cabe : a)garantir o acesso de toda a população aos medicamentos básicos, através da elaboração e aplicação da lista padronizada dos medicamentos essenciais; b)definir postos de manipulação de medicamentos básicos, dispensação e venda de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos destinados ao uso e consumo humano como integrantes do Sistema Único de Saúde, bem como prestar assistência farmacêutica. No enfrentamento dessa questão, diversos são os precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça, como o julgado seguinte: "RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. SUS. LEI N. 8.080/90. O v. acórdão proferido pelo egrégio Tribunal a quo decidiu a questão no âmbito infraconstitucional, notadamente à luz da Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. O Sistema Único de Saúde pressupõe a integralidade da assistência, de forma individual ou coletiva, para atender cada caso em todos os níveis de complexidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida da paciente, deverá ser ele fornecido." (STJ - 2ª Turma, REsp. nº 212346, Rel. Min. Franciulli Netto, in DJU de 04.02.2002). O entendimento deste Tribunal de Justiça não destoia do Superior Tribunal de Justiça

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (LIMINAR) QUE ORDENA À AUTORIDADE APONTADA COATORA, SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PROVIDENCIAR EM CINCO DIAS O FORNECIMENTO, POR INDICAÇÃO MÉDICA EM LAUDO, DA MEDICAÇÃO DENOMINADA ANTI-TNF-ENBREL, SUBSTÂNCIA ETANECERCEPT, PARA O TRATAMENTO DE ARTRITE REUMATÓIDE SEVERA DE QUE É PORTADORA A AGRAVADA CUJO ORGANISMO JÁ NÃO REAGE A OUTROS MEDICAMENTOS - AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO - PRECEDENTES DO STJ - DESNECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO ENTRE A UNIÃO O ESTADO E O MUNICÍPIO - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PARA EXAMINAR E JULGAR O FEITO - DECISÃO LIMINAR CONFIRMADA E MANTIDA POR UNANIMIDADE." (AReg. nº 118964-6/01, Rel. Des. Santiago Reis, DJ 23/03/05).

"DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PELO PODER PÚBLICO - IMPETRANTE PORTADORA DE ARTRITE REUMATÓIDE SOROPOSITIVA - PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE (ART. 196 DA CARTA MAGNA) - DEVER DO ESTADO - REMÉDIO DE CUSTO ELEVADO, INACESSÍVEL AOS NECESSITADOS - DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO - SEGURANÇA CONCEDIDA À UNANIMIDADE DE VOTOS.

O direito à saúde (CF, art. 196) encerra uma proposição do mais elevado alcance social, devendo, sempre que possível, ser prestigiado pelo Poder Judiciário, como forma de inserção do indivíduo na sociedade. Tal prerrogativa representa verdadeiro corolário do direito à vida, aí se inserindo a obrigação do Poder Público em fornecer medicamentos custosos, com o fito de combater patologias graves, comuns ou não, pois, do contrário, estar-se-ia admitindo censurável omissão do Estado. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Concessão da segurança. Decisão unânime". (MS nº 108533-8, 2º Grupo de Câmaras Cíveis. Rel. Des. Eloy D'Almeida Lins, DJ 24/08/05). "MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DEVER DO ESTADO. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME.-

Em qualquer circunstância, pelo critério do balanceamento dos interesses em jogo, deve-se privilegiar o direito à vida;- O Direito Público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indispensável assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado por cuja integridade deve velar, de maneira responsável o Poder público, a quem incumbe formular implementar políticas sociais e

22p

215

econômicas idôneas, que visem a garantir aos cidadãos, inclusive aqueles portadores do vírus HIV o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. O direito à saúde, além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. (STF, RE nº. 273.834-4/RS, Rel. Min. Celso de Mello, j. 31.10.2000). (MS nº 1131104-0, 2º Grupo de Câmaras Cíveis. Rel. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves. DJ 06/04/05).

Não se achando o medicamento, cujo fornecimento constitui o objeto mediato da impetração, contemplado no Programa de Medicamentos Excepcionais do Ministério da Saúde, ainda assim, inexistindo óbice ao seu fornecimento, podendo o Estado valer-se da transferência de recursos do SUS. Neste sentido, aliás, revela-se oportuna a reprodução do seguinte precedente:

"O fato de não ser o medicamento padronizado pela política estadual de assistência farmacêutica não constitui motivo que impeça o seu fornecimento em situação de grave enfermidade e de emergência como a noticiada nos autos, pois em tais circunstâncias pode a administração valer-se da transferência de recursos, como prevê a Lei nº 8080/90, em seu art. 36, § 2º. Por tais fundamentos, é de ser concedida a segurança para garantir o fornecimento de medicamentos pelos impetrados à paciente, enquanto necessários ao seu tratamento de saúde, na forma do pedido". (Acórdão 691, do II Grupo de Câmaras Cíveis do TJPR, Rel. Des. Cleve) (TJPR - AP. Cível e Reexame Necessário. 122.739-2, Acórdão nº 22.270, 1ª Câmara Cível, Rel. Ulysses Lopes, Jul. 11.03.2003).

Conforme se observa, encontram-se presentes ambos os pressupostos legais autorizadores da concessão da medida liminar perseguida. Os fundamentos acima esposados deixam claro que o fumus boni juris emerge palpável. Quanto ao periculum in mora, vislumbra-se no caso em exame, que a impetrante é portadora de doença grave conforme atesta o laudo médico de fs. 30 a 31 e receituário de fs. 32, todos de responsabilidade dos Drs. Marcus Matos, CRM-PE 12.028 e Aircon Ferraz, CRM 16282, que reclama imediato tratamento, sob pena de irreversíveis prejuízos à saúde da impetrante, quiçá, à sua vida.

Deste modo, concedo, liminarmente, a tutela mandamental, arrimado que me encontro no art. 7º, inciso II, da Lei nº 1.533/51, determinando ao impetrado que forneça, imediatamente, à impetrante, 04 (quatro) ampolas do medicamento RANIBIZUMABE (injeção intra-vítrea de Lucentis R, de que necessita e que foi ministrado como imprescindível ao tratamento da doença que lhe afeta e defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Oficie-se comunicando a decisão.

Notifique-se a autoridade indicada como coatora para que preste as informações que tiver no prazo de 10 dias.

Publique-se.

Recife, 07 de outubro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo

Desembargador Relator

Como se vê, não encontro razões fáticas ou jurídicas capazes de modificar o *decisum* agravado, de modo que meu voto é negando provimento ao presente agravo regimental.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo

Desembargador Relator

W/mcrd